

# análise de conjuntura



## Mercado de Trabalho: os Indicadores Continuam Péssimos, Mas a Reforma Trabalhista Traz Novas (e Lentas) Perspectivas

VERA MARTINS DA SILVA (\*)

Em meio à frágil recuperação econômica, o mercado de trabalho parece estar encontrando o piso do desemprego. Espera-se uma recuperação daqui para frente, ainda que tardia e lenta, muito lenta. Mas, dada a situação econômica do país, qualquer notícia, mesmo que com conteúdo informativo dramático, ainda é uma pequena luz no fim do túnel. Conforme as informações da FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a *Taxa de Desocupação*, ou seja, o percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas em relação à força de trabalho, permaneceu constante entre os dois últimos trimestres, passando de 13,2% entre dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 para 13,7% entre março e maio de 2017.<sup>1</sup> Se essa é a boa notícia (*sic*), a má notícia é que,

em relação ao mesmo trimestre de 2016, houve aumento da *Taxa de Desocupação*: entre março e maio de 2016, a *Taxa de Desocupação* foi estimada em 11,2%. Ou seja, em um ano a situação no mercado de trabalho deteriorou-se substancialmente, em linha com o que ocorreu com a produção interna, também estimada pela FIBGE através do PIBt – Produto Interno Bruto Trimestral, onde o Investimento despencou e o Consumo das Famílias retrocedeu.

Neste trimestre de março a maio de 2017 o número de desocupados foi estimado em 13,8 milhões, 20,4% acima do mesmo período de 2016, ou seja, 2,3 milhões de pessoas passaram a ser *desocupadas* pelos critérios da pesquisa. Não é à toa que o Consumo das Famílias,

estimado em nível macro, sofreu uma redução; isto tem puxado para baixo uma série de preços, o que, por sua vez, ajuda a conter a inflação (Ver Gráfico 1 para visualizar a evolução da *Taxa de Desocupação* desde 2012). Fica evidente que é a partir de 2015 que essa taxa piora, mas neste início de 2017 há uma estabilidade e, quem sabe, haverá uma retomada da geração de empregos, embora vagarosamente.

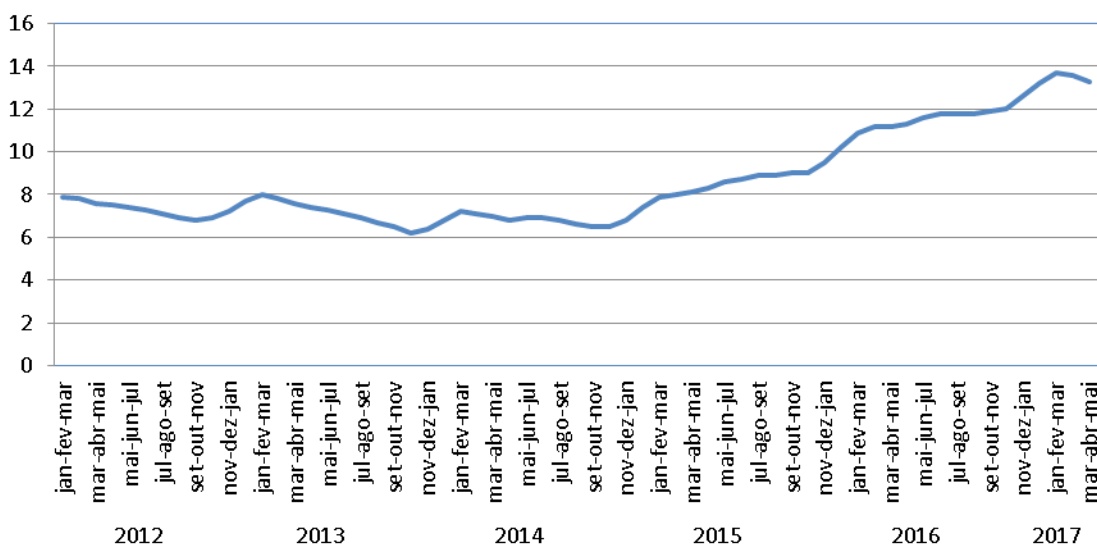
Então, se de fato há o que se comemorar em relação à tal estabilidade da *Taxa de Desocupação* e do número de desocupados nesta comparação de curtíssimo prazo, há que se notar que a estabilidade da *Taxa de Desocupação* mostra um reflexo da situação de penúria da economia brasileira, havendo uma redução do número de pessoas ocupadas na

comparação entre os mesmos períodos de 2016 e 2017, com uma queda de 1,2 milhões da População Ocupada, ou seja 1,3%. Praticamente metade desse grupo de pessoas acabou saindo mesmo da *Força de Trabalho*, que inclui os que estão ocupados e os que procuram trabalho. Na comparação entre março/maio de 2016 e março/maio de 2017, sobre aqueles que estavam fora da *Força de Trabalho* verificou-se aumento de 569 mil pessoas, ou seja, nem tinham ocupação e também deixaram de procurar por postos de trabalho, uma vez que estes mesmos continuaram desaparecendo.

Portanto, apesar da relativa estabilidade nos dois últimos trimestres, na comparação com o mesmo período

do ano anterior, o *Nível de Ocupação* – que reflete o número de pessoas ocupadas em relação ao número de indivíduos em idade de trabalhar – caiu 1,3%, passando de 54,7% para 53,4%. Obviamente, isto acarreta redução de renda familiar, maior percepção de risco de assumir dívidas em novos projetos, freio nas compras, diminuição de vendas no comércio, aumento de estoques, redução de demanda às firmas fornecedoras, redução de utilização de capacidade instalada e, por consequência, queda do investimento. O que pode amenizar essa situação no futuro breve é a redução da inflação, que promete dar um novo fôlego às famílias, em que pese o alto custo de vida e o desemprego abundante.

Gráfico 1 - Taxa Trimestral de Desocupação no Brasil (%)



Fonte: FIBGE, PNADC.

O que prepondera é a extinção de empregos formais no setor privado, aqueles que têm um conjunto de benefícios além do próprio salário, como muitas vezes auxílio à alimentação, à saúde, ao transporte e à seguridade social. Neste trimestre de março a maio, a PNADC estimou que o número de pessoas com carteira assinada fosse de 33,3 milhões, com uma queda de 1,2 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. Já o grupo dos sem carteira assinada, estimados em

10,5 milhões de pessoas neste trimestre, apresentou um aumento de 409 mil indivíduos. Há uma evidente informalização do mercado de trabalho, o que aponta para o problema do custo do trabalho no Brasil, questão mais relevante para as firmas neste momento recessivo. A proposta de reforma trabalhista promete aliviar este componente de custo para contratar e descontratar pessoal. Porém, seus impactos sobre o mercado de trabalho não serão imediatos e há ainda

muita controvérsia sobre alguns temas polêmicos a serem resolvidos posteriormente, segundo o acordo firmado entre o governo federal e o Senado que permitiram a aprovação sem modificações da proposta de reforma que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Tais temas incluem uma transição para o fim da contribuição sindical obrigatória, a possibilidade de trabalho de gestantes e lactantes em condições de insalubridade e o trabalho intermitente, que permite a redução de horas trabalhadas. Esses itens deverão ser objeto de nova regulação por medida provisória, a ser editada em breve.

Ainda sobre a difícil situação do mercado de trabalho, um importante contingente, os trabalhadores por conta própria, estimados em 22,4 milhões de pessoas entre março e maio de 2017, apresentou queda de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, ou seja, queda de 599 mil pessoas.

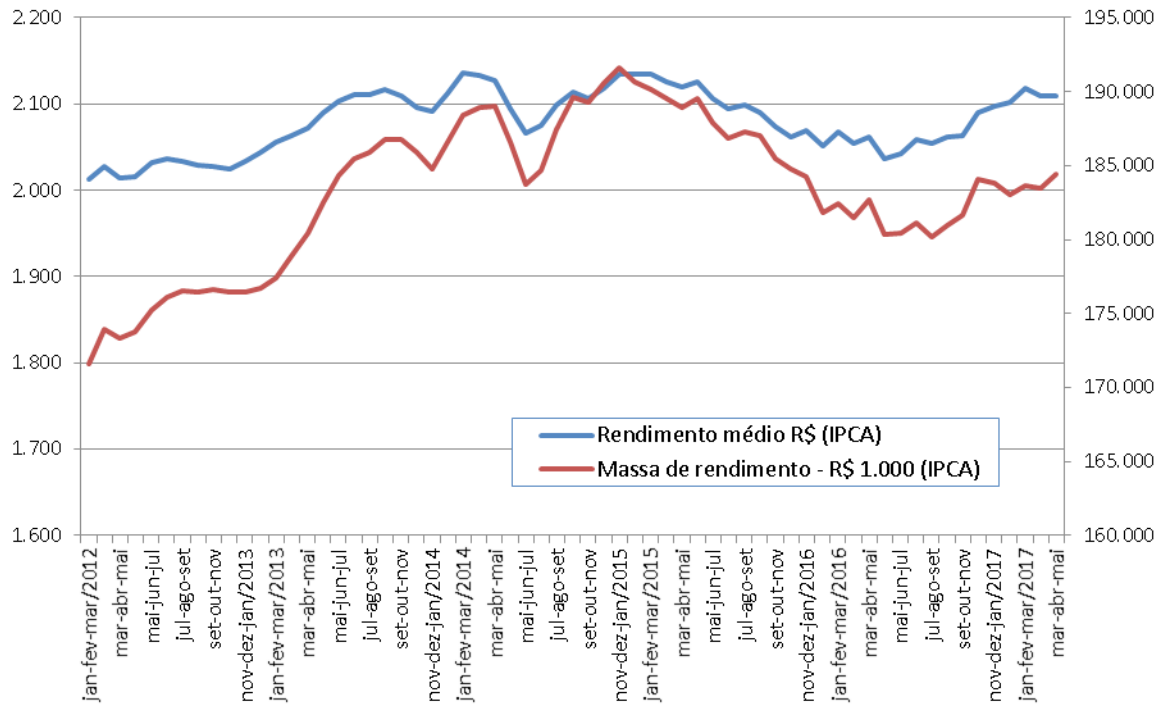
Entre os diversos setores, em relação ao mesmo período do ano anterior, pode-se ver o tamanho da destruição de postos de trabalho: queda de 793 mil na Construção, de 694 mil na Agropecuária, apesar da retomada desta atividade, e de 203 mil pessoas em Serviços Domésticos. Alguns setores, apesar da crise generalizada, conseguiram ampliar o número de trabalhadores: houve aumento de 568 mil em Alimentação e Alojamento e de 257 mil em Outros Serviços. Há sinais de recuperação da produção

industrial, apesar de o acumulado em 12 meses encerrado em maio ainda estar negativo em 2,4%. A boa notícia é que está havendo uma dispersão dessa recuperação pela maioria dos setores, de modo que se pode esperar uma retomada do emprego setorial, ainda que suave.

Em relação ao Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido, de R\$ 2.109,00 no trimestre de março a maio de 2017, há uma estabilidade tanto em relação ao trimestre anterior como no mesmo trimestre do ano anterior. A massa de rendimentos também apresentou estabilidade em relação a esses períodos anteriores, tendo sido estimada em R\$ 184,4 bilhões. O Gráfico 2 apresenta o Rendimento Real Médio e a Massa de Rendimentos desde o trimestre de janeiro/fevereiro/março de 2012, indicando a relativa rigidez dos rendimentos reais no período, o crescimento impactante da massa de rendimentos até 2015, quando houve a expansão da ocupação econômica no Brasil, seguido da queda da *Massa de Rendimentos* enquanto o *Rendimento Médio* se mantinha relativamente estável. O impacto da evolução da dinâmica do mercado de trabalho sobre as contas públicas é bastante conhecido, mas vale a pena relembrar. Além da redução da arrecadação de impostos sobre a renda e consumo, há o velho problema do financiamento da Previdência Social, que acaba sendo mais problematizado com a alta *Taxa de Desocupação* e com a saída de pessoas da *Força de*

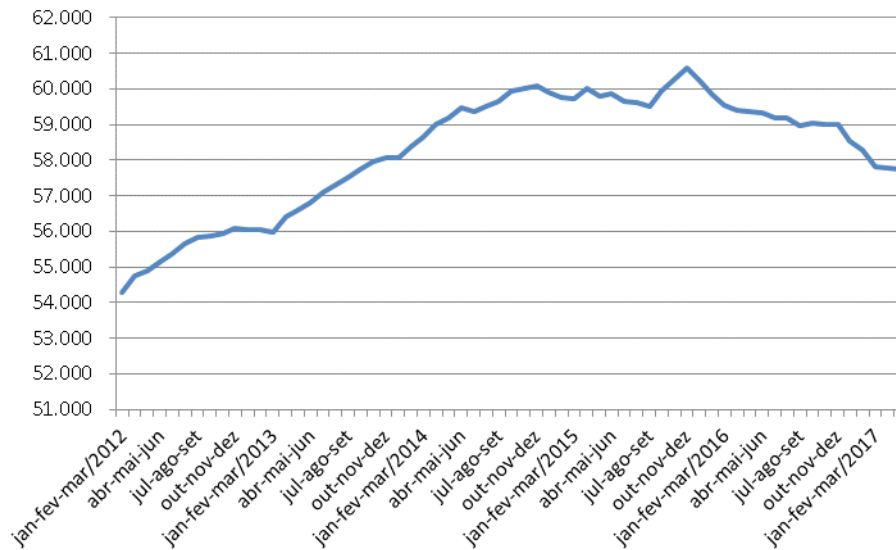
*Trabalho*. O Gráfico 3 permite a visualização do problema. O que faz pensar que, para além das prometidas modificações institucionais na legislação trabalhista, há que se retomar o crescimento econômico para minimizar os desequilíbrios das contas públicas, especialmente da Previdência. Deve-se destacar, também, que as medidas de reforma trabalhista, apesar de terem um aspecto muito positivo ao dar mais flexibilidade ao mercado de trabalho, e com isso, um incentivo à formalização e ao seu crescimento, têm também em si um risco sobre as contas públicas. Por exemplo, pela extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical, que em parte é fonte de financiamento de ações do Ministério do Trabalho. Por outro lado, a reforma reduziu a opção pela judicialização das relações trabalhistas e abriu um amplo espaço para uma ação sindical mais profissional e eficiente no sentido do suporte às negociações e finalizações de contratos de trabalho. Vamos torcer para que daqui para frente os recursos públicos sejam mais bem utilizados e que os sindicatos passem a oferecer serviços de melhor qualidade. Não há dúvida de que o universo dos processos trabalhistas deve ser reduzido, abrindo espaço para o uso dos recursos em outras áreas, e que a concorrência será muito mais dura do lado sindical. Novos tempos nos aguardam, mas, como já foi dito, a reversão do quadro de fraquíssimo crescimento não é uma consequência imediata dessa reforma.

Gráfico 2 - Rendimento Médio Real, 2012 a 2017, Trimestres Móveis



Fonte: FIBGE: PNADC.

Gráfico 3 - Pessoas de 14 Anos Ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Contribuição para Instituto de Previdência em Qualquer Trabalho



Fonte: PNADC, FIBGE.

---

1 Pela definição da FIBGE, são *Desocupados* aqueles indivíduos que procuravam ocupação no mês de referência da pesquisa, tomando providências para encontrar um posto de trabalho e que estavam efetivamente disponíveis para ocupar uma posição na semana de referência, ou que apesar de não terem tomado nenhuma providência nesse mês, vão começar uma atividade na semana seguinte. Convém salientar que a definição de *Ocupados* nas pesquisas oficiais inclui as pessoas que têm atividades remuneradas mesmo que representem apenas atividades remuneradas em dinheiro ou benefícios, **a partir de apenas uma hora na semana de referência**. Portanto, entre os ocupados há uma vasta gama de indivíduos em

atividades de baixo empenho produtivo e, em geral, de baixa remuneração.

*(\*) Economista e doutora pela USP.  
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).*